



ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

DEPOIS ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA - ATUAL ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ

BOLETIM OFICIAL

Rio de Janeiro, Jul/agos/1987 - Ano XXVI - Nº 99

PREÇO, MOEDA E DOCTRINAS ECONOMICAS

Henrique Ernesto Greve

Engenheiro Civil-Cart. 96-D-CREA-RJ

Recordando algumas noções aprendidas na cadeira de Estatística, Economia Política e Finanças, do curso da Escola Politécnica, pareceram-me atuais alguns conhecimentos absorvidos sessenta anos atrás.

Assim, em breve resumo, procurarei enumerar os pontos principais destes conhecimentos. Por definição, preço de um objeto sendo o valor desse objeto expresso em moedas, vem logo à baila a noção de valor, do qual a moeda é a representação material convencional e comparativa, cujo caráter fundamental é a unidade.

O valor, conforme Charles Brouilhet, é uma hipótese explicando as comparações que estabelecemos entre os bens na esfera econômica de nossa atividade. Entretanto, um grande número de economistas crêram dever abordar o valor como sendo um dado positivo e mesmo se obstinar em fazer dele uma qualidade objetiva.

Provando a inanidade destas tentativas, basta verificar o vazio das duas teorias rivais que ensinam sobre o valor, ambas tendenciosas e destinadas a servir doutrinas ou interesses.

Parece-nos que os economistas matematicos julgam inutil esta noção de valor provisória, pois, querendo dar ao valor um caráter quase material, a economia política segue aí falso caminho, como mostra a infecundidade das pesquisas feitas.

A teoria mais antiga vê no trabalho a causa do valor das coisas e também a medida deste valor, tendo apenas nos mostrado a possibilidade para o capitalista, o proprietario, o industrial e o comerciante de fazer trabalhar outros homens retendo uma parte do produto de seu trabalho.

A teoria da utilidade final não tem outro fim senão negar implicitamente ao trabalho os direitos que a teoria concorrente queria lhe fazer reconhecer. Segundo a mesma, quando temos varios objetos semelhantes à nossa disposição para responder a uma necessidade que ressentimos, não nos senti

mos mais inclinados para um do que para outro e não apreciamos mais o primeiro do que o último. Toda apreciação se fundamenta numa raridade relativa: a abundância absoluta, ilimitada, impede toda apreciação.

O quadro da vida econômica estabelece comparações que se referem a direitos e ao falarmos de valores referimo-nos a comparações de direitos.

- A formação dos preços é o fenômeno central da vida econômica.

Se queremos saber como os preços se formam, é preciso nos transportar ao local em que se formam. Este local é o mercado, ou melhor, os inumeráveis mercados, que são, na verdade, campos de batalha.

A formação dos preços é a abertura da luta. O mercado é bem o campo de batalha, em que duas coletividades jogam cada dia a parte de sua fortuna que empenharam na operação que deve se desenrolar no referido mercado.

Utilizando os métodos que podem servir para analisar e dosar os elementos que entram na formação dos preços, pôde-se chegar na prática a resultados úteis de controle e equilíbrio.

Quando a economia dum país quer se orientar para uma abundância crescente das facilidades da vida, ela deve se ocupar da valorização metódica e da exploração racional da terra, isto é, das forças motrizes naturais, das jazidas minerais e do solo rural. Quando, ao contrário, uma economia degenera, ela se lança para o mercantilismo industrial e comercial e para o urbanismo.

Certamente, isso a obriga a contar com recursos naturais, mas ela os explora com irreflexão e os valoriza sobretudo no ponto de vista financeiro.

A antiga doutrina da escola canônica sobre o justo preço, que só se estende aos salários, ensina que os preços podem e devem ser objeto duma crítica moral. Todo preço é de algum modo dissecado, e esta análise indica qual parte de responsabilidade recai em sua formação às diversas categorias de produtores e comerciantes pelas mãos dos quais um objeto passou.

Os elementos que entram na formação dos preços são, uns materiais, outros pessoais ou psicológicos.

Os elementos materiais, sobre os quais o homem não pôde ter ação alguma, pelo menos imediata, se referem às mercadorias, aos capitais e à moeda.

Os elementos pessoais provêm da intensidade e das formas de atividade que desenvolvem vendedores e compradores.

Os elementos materiais do mercado são como as armas de que vão poder dispôr os dois partidos em presença. Não se trata de resolver um pro-

blema de aritmética, mas de debater as cláusulas dum contrato.

Cada contratante quererá ter razão: o preço será o resultado não duma balança de cifras, mas duma balança de vontade, que pôdem se exteriorizar ora sob um regime de livre discussão, ora sob um regime de autocracia mais ou menos completa.

- Os elementos materiais relativos às mercadorias se dividem em dois grupos antagonistas: as disponibilidades e os empregos.

As disponibilidades que influem sobre o mercado são atuais, eventuais e presumidas.

De empirico o comércio tende a se fazer científico, mas requerendo mais atividades pessoal. A verdade científica, na medida em que se pôde falar dela aqui, muitas vezes só é conhecida muito tarde para exercer uma ação.

Os empregos referem-se ao consumo, que pôde ser pessoal ou industrial, obdecendo a certas leis. Nosso poder de aquisição depende dos capitais que possuímos, dos serviços que prestamos e das taxas com que nos serão pagos, enfim, e talvez sobretudo, das mercadorias que nós mesmos produzirmos.

- Os elementos materiais relativos aos capitais referem-se a duas categorias destes: os do comércio e os industriais.

Durante o ciclo antes de ser comprados pelo consumidor, todos os produtos fazem um estágio no comércio e devem ser pagos pelo capitalista que aceita fazer a contrapartida financeira, sendo a ação deste dominante.

O apoio que empresta a um mercado o crédito, sob a fôrma de compras especulativas ou adiantamentos sobre penhor mobiliario, deve então ser vigiado com o maior cuidado.

Já o papel do capital industrial é muito diferente, sofrendo uma servidão que não é para ele sem perigo, e que procura evitar adotando formações de monopólio.

- Quanto aos elementos materiais que se relacionam à moeda, nada nos autoriza atribuir a ela uma constancia absoluta de valor.

Com uma aparência de rigidez quando era reduzida a comparar as mercadorias existentes e a moeda legal em circulação, termos que jamais foi ainda possível precisar, sob o nome de teoria quantitativa dos preços, apresentam-se considerações a propósito da influencia da circulação monetária sobre os preços. Todas as condições sendo iguais, aliás, os preços variam em proporção inversa da quantidade de moedas em circulação.

- Passando aos elementos pessoais, devemos encarar os regime já cita-

dos: de livre discussão e de autoridade.

Quanto aos primeiros, verificamos ser do domínio da psicologia coletiva com todos os seus exageros e suas deformações.

A teoria do valor normal é inoperante, e, se fosse exata, pareceria muito com esta justiça imanente, que chega um dia, mas muitas vezes tarde demais.

Dois incidentes modificam o caso normal: a agiotagem e o monopólio ou açambarcamento. A intervenção da autoridade pública restabelecerá o equilíbrio, quebrando a vontade voltada exclusivamente para o interesse particular.

- Quanto ao preço de autoridade, pôde ser formado por contrato de adesão, por solidariedade implícita ou explícita dos compradores e dos vendedores, por monopólio ou por intervenção do Estado como árbitro, com fixação dum preço máximo (efeito moral) ou com valorização dos produtos, por compra dos produtos, por operações de crédito para penhorar estas compras e por vendas metódicas feitas por etapas.
- O problema da formação dos preços é indissolúvel das questões monetárias e estas o são das questões de crédito. Formam um grupo de problemas muito enredados e duma importância privada e social tal que constitui o próprio coração da ciência económica desde que a humanidade saiu da fase já longínqua duma economia puramente natural.

A moeda representa papel importante na valorimetria, na circulação de bens e na condensação de direito de crédito.

Suas qualidades são comodidade, perpetuidade e estabilidade, a qual é um mito, mas um mito necessário.

A depreciação se dá em caso de guerra, em crise política interior, em crise económica grave e em má gestão financeira, e, quando é intensa e prolongada, se traduz por uma alta de preços primeiro e posteriormente dos salários.

- O problema social que traz o nome bastante mal aplicado de questão da repartição das riquezas começa no momento em que se trata de definir a parte de poder económico que caberá a cada uma das unidades sociais (indivíduos ou famílias) sobre a massa das riquezas produzidas.

Nossa organização económica é muito complexa e por isso este problema se resolve por processos simbólicos e não visíveis, referindo-se à massa anual dos bens imediatamente utilizáveis, importando-nos, com efeito, a soma dos direitos que teremos sobre estes bens.

A solução mais simples que se poderia imaginar, embora não sendo da realidade, é que a contribuição de cada um na obra produtiva comum lhe desse o direito à retomada integral do equivalente do concurso

- que forneceu. Na realidade, observamos que existem direitos não pertencentes ao trabalho: existem também os direitos complexos do capital e da terra. Além disso, os direitos de cada categoria de trabalho não são proporcionais nem ao tempo nem ao trabalho que custou, nem mesmo à sua utilidade.

O trabalho do cirurgião ou do pintor são infinitamente mais remunerados que o do operário agrícola ou do empregado de comércio; o trabalho do administrador financeiro, do homem da Bolsa os conduzirá a adquirir, em alguns dias, em alguns minutos mesmo numa especulação feliz, uma soma de direitos que milhares de operários reunidos não obterão num ano.

Enfim, uma observação fácil de fazer é que a alta produtividade dos capitais ou de certas espécies de trabalho decorre sempre da organização do trabalho de outrem.

O trabalho, quando cessa seu concurso, como por exemplo nas greves, suspende seus próprios direitos, mas suspende igualmente os das outras categorias sociais, o que é propriamente a ruína de todos.

Quanto ao método por meio do qual foi estudado um tão importante problema, ele não foi sempre satisfatório.

Várias doutrinas têm a pretensão de resolver a questão dita social, sem aliás estudá-la em suas causas. Julgamos que é preciso retomar em comum, e quaisquer que sejam nossas tendências pessoais, o estudo da circulação dos direitos.

Donde vêm as doutrinas? De fato, elas têm origem antes de tudo política e social. As doutrinas econômicas têm laços de parentesco com as doutrinas filosóficas que prevalecem no período em que elas mesmas aparecem.

E' assim que, por exemplo, o grande debate filosófico entre o pragmatismo e o espírito científico se encontra entre os teóricos das doutrinas econômicas, dando lugar à aproximações por vezes bastante inesperadas.

Seria muito melhor que as doutrinas econômicas não existissem. Mas não podemos desprezã-las porque são muito vivas e valem como fator de evolução econômica.

Não é na literatura que convem pesquisar a genese e a evolução das doutrinas. Entre estas doutrinas, ha conflito e conflito violento; nenhuma é bastante forte para bater as outras, elas vivem no estado de hostilidade perpetua; o que certamente não é encorajador, nem no ponto de vista teórico, nem no ponto de vista pratico.

E' possível fazer-se uma idéia bem exata da mistura contemporanea das teorias econômicas e social, referindo-as a quatro doutrinas que são as seguintes:

- 1 - O liberalismo economico, doutrina dita liberal, mas que talvez justificaria melhor o nome de conservadora;
 - 2 - A doutrina intervencionista, ou reformista, pois os reformistas são partidarios de modificações na ordem economica atual e seu meio de predileção é a intervenção do Estado;
 - 3 - O socialismo, doutrina de caráter revolucionario, mas de tendencias ulteriores reconstitutivas dum mundo economico novo;
 - 4 - O sindicalismo, doutrina que reúne os teóricos e os praticos da ação violenta, contra a sociedade atual e todas as instituições, é apenas a continuação de movimentos sociais contemporaneos das mais antigas formas de vida social, e não existiria se nossa ordem economica fosse perfeitamente sã, sendo apenas um sintoma.
- Estudando umas após outras as principais questões economicas do tempo presente, parece-nos que o homem não tinha nem a onipotencia necessaria para transformar a evolução economica e social, nem bastante resignação para tudo aceitar e que havia sempre uma arma de que podia se servir, u ma arma que não mata, mas que corrige: é a organização.

Todas as categorias economicas devem se organizar, agindo em comum, pelo entendimento, pela associação e pelo contrato.

X X X X X

OS ENGENHEIROS E A CONSTITUINTE

Transcrevemos a reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, de 11.04.87, intitulada "Engenheiros conquistam subcomissão", que trata do trabalho que vem sendo conduzido pelo nosso colega Bocayuva Cunha, presidente da subcomissão do Poder Legislativo na Constituinte.

Estamos esperando que os outros constituintes do Rio de Janeiro, que são engenheiros, Aloisio Teixeira, Luis Alfredo Salomão e Arolde de Oliveira, nos mandem noticias sobre suas atividades na Constituinte, para que possamos promover a divulgação de sua atuação, através de nosso Boletim.

"A engenharia civil, profissão de políticos que se notabilizaram no Poder Legislativo, como Otávio Mangabeira, Sérgio Magalhães e Israel Pinheiro, volta a ter uma representação destacada na Constituinte, especialmente na subcomissão encarregada de apontar o sistema de governo a ser adotado no país após a promulgação da nova Constituição.

Dos 21 integrantes da Subcomissão do Poder Legislativo (Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo), cinco são engenheiros, "graças a Deus", diz seu prociidente, deputado Bocayuva Cu-

na (PDT-RJ). Além disso, a engenharia, somada à arquitetura, é o grupo profissional de formação superior em segundo lugar, considerando a qualificação curricular dos 559 constituintes.

Além do presidente da subcomissão, são também engenheiros o primeiro vice-presidente, Rubem Branquinho (PMDB-AC), o segundo vice, Itamar Franco (PMDB-MG), e o relator, José Jorge (PFL-PE), Álvaro Antônio (PMDB-MG), outro engenheiro civil, não tem cargo de relevância na comissão, mas garante que será um dos mais atentos à técnica legislativa que definirá os trabalhos.

- Ter tantos engenheiros aqui é ótimo. O que se aprende na Escola Nacional de Engenharia é a arrumar a cabeça. E é disso que se precisa para fazer lei - disse o deputado Bocayuva Cunha no segundo dia de reunião da subcomissão.

Advogado, o deputado Victor Facconi (PDS-RS) admite que ficou preocupado ao constatar a predominância de engenheiros nos cargos mais importantes da subcomissão. Isso explica suas ironias: "Talvez não seja o mesmo que colocar advogados para fazer pontes, mas pode dar algo melhor". Ele reconhece, entretanto, que, enquanto um trabalho de engenharia exige especialização, o de elaboração de leis está condicionado sobretudo à sensibilidade para o fato social.

E não faltam exemplos no Poder Legislativo de engenheiros que se organizaram como políticos. Israel Pinheiro (PDS-MG), por exemplo, disse em 1959 a seu filho Israel Pinheiro Filho (hoje deputado do PMDB) que se ele queria ser um bom político devia

estudar engenharia. "Estudando Engenharia, você jamais será enrolado pelos tecnocratas", disse antes de embarcar o filho para fazer o curso na PUC do Rio de Janeiro.

Otávio Mangabeira (UDN-BA), um dos mais louvados tribunos que passaram pelo parlamento brasileiro, invocou, em 1945, sua condição de engenheiro para recusar-se a integrar a Grande Comissão que centralizou os trabalhos daquela Assembleia Constituinte. Em seu lugar, indicou o jurista Prado Kelly (UDN-RJ), mas segundo o senador Luís Vianna Filho (PMDB-BA), Mangabeira era "insubstituível".

É por isso que o segundo vice-presidente da subcomissão, Itamar Franco, não se cansa de louvar a predominância de engenheiros entre os que vão redigir o capítulo da Constituição referente aos poderes do Estado: "O que um engenheiro mais aprende é a sistematizar as coisas com lógica. O engenheiro faz o que o advogado tem dificuldade pra fazer", ensina ele, com a autoridade de engenheiro que mais entende de regimento no Congresso Nacional.

Foi também um engenheiro, o deputado César Cals Neto (PDS-CE), quem se associou a Gastone Righi (PTB-SP) para apresentar uma proposta de urgência para que a Constituinte colocasse logo em votação a idéia de adotar um sistema parlamentarista de governo para o Brasil. E como se não bastassem esses exemplos de talento jurídico dos engenheiros, Bocayuva Cunha lembra que o senador Mário Covas (PMDB-SP), o político que não deixou de ser constituinte, é formado em Engenharia Civil.

CURSO NA ÁREA DE INFORMÁTICAJULHO/1987

O microcomputador de uso pessoal vem despertando invulgar interesse, por isso a Associação dos Antigos Alunos da Politécnica tem a satisfação de patrocinar os cursos abaixo resumidos dirigidos a profissionais, estudantes e demais pessoas que queiram aprimorar seu desempenho prático ou tornar suas horas de lazer mais satisfatórias.

* PROGRAMAÇÃO BASIC (32h)HORÁRIO: 2as, 3as, 4as e 5as feiras das 18h às 20hPERÍODO: Início em 27/7/87PREÇO: Cz\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos cruzados)* MICROCOMPUTADORES PARA JOVENS DE 9 A 14 ANOS (24h)HORÁRIO: 2as, 4as, e 6as feiras das 16h às 18hPERÍODO: Início em 27/7/87PREÇO: Cz\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzados)

INSCRIÇÕES: ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA
LARGO DE SÃO FRANCISCO - CENTRO
ANTIGO PRÉDIO DA ESCOLA DE ENGENHARIA
TEL.: 221-2936

22a. REUNIÃO ANUAL DE PAVIMENTAÇÃO

Esse evento será realizado, em Maceió, de 31 de agosto a 4 de setembro de 1987, sob o patrocínio da ABPV (Associação Brasileira de Pavimentação). Além de um extenso programa de atividades técnicas, os participantes terão oportunidade de assistir a uma exposição de equipamentos rodoviários em que estão presentes os mais importantes fabricantes nacionais da especialidade. Informações adicionais poderão ser solicitadas a Secretaria Executiva da 22a. RAPV - Reitoria da UFAL - Praça Sinimbu, 206 - Fone: (082) 221-3422 e 221-7123 - Telex (082) 2307 - CEP 57.000 Maceió-AL.

NOTAS SOBRE O POSITIVISTA NO BRASIL (III)

Prosseguimos nesse número as notas sobre o Positivismo, com a apresentação do artigo de Moacir Werneck de Castro, "Os vivos e os mortos", publicado no Jornal do Brasil, de 21.02.87.

OS VIVOS E OS MORTOS

Quem subir a rua Benjamin Constant, na Glória — perto do Palácio São Joaquim e do endereço carioca de Mário de Andrade — terá sua atenção despertada, no número 72, por um edifício que é uma bela relíquia de outra era. Ele imita discretamente o Panthéon, com sua fachada de colunas sobre as quais repousa um frontão triangular. O portão, que quase nunca se abre, é encimado por uma inscrição em letras de ferro fundido, onde se lê: "Os vivos são sempre a cada vez mais governados pelos mortos". No friso, de um lado a outro, ressalta o lema de onde saiu o da bandeira nacional: "O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim". O amor foi esquecido, ninguém sabe porque.

Aquí outrora retumbaram hinos. O edifício, cercado de planta bem cuidadas, respira uma calma antiga — como convém a um templo. Pois se trata da Igreja Positivista do Brasil. Ela oferece um culto aos domingos pela manhã, dizem-me; e eu me pergunto quantos fiéis remanescentes lá irão erguer suas preces. O prédio foi devidamente tombado pelo Patrimônio Histórico; também tombaram, prescritas pelo curso dos anos, as certezas, as paixões e a fé que ele abrigou um dia.

Senti um friúme de passado ao olhar o templo do que foi uma nova religião, dita Igreja da Humanidade, onde se venerava uma estranha mulher francesa chamada Clotilde de Vaux, paixão platônica de Augusto Comte. O positivismo quanta coisa nos evoca! Foi o motor da República; dele se impregnaram poetas, soldados e revolucionários. Observa Evaristo de Moraes Filho que poucos intelectuais do fim da Monarquia e começo da República deixaram de render tributo às teses doutrinárias do comtismo.

Era uma doutrina avançada para a época, sobretudo no Brasil. Em 1889, Teixeira Mendes apresentou ao Governo Provisório, por intermédio de Benjamin Constant, então ministro da Guerra, um projeto de legislação social que tinha por objetivo "incorporar o proletariado à sociedade". É ainda Evaristo quem assinala que o caráter ousado das propostas positivistas — separação Igreja-Estado, casamento civil, ensino leigo, igualdade de todos perante a lei — assustou os liberais, Rui Barbosa a frente, que eram maioria na Assembléia Constituinte. A Constituição castilhistas, do Rio Grande do Sul, assumiria por inteiro o positivismo.

Na década de 30, o professor Leônidas de Rezende, da então Faculdade Nacional de Direito, buscou dar foros de cidadania ao malsinado marxismo, aproximando-o do positivismo. Leônidas deixava um pouco de lado as profundas divergências das duas teorias para dar ênfase aos pontos de identidade, destacando como ideia

principal a valorização do papel do proletariado na sociedade moderna. O mestre influenciou toda uma geração de estudantes. Mas pagou caro; perdeu a cátedra e passou meses na prisão, com Castro Rebello e Hermes Lima.

Pouco tempo depois, já no Estado Novo, o historiador e filósofo positivista Ivan Lins iniciou na sede da Academia Brasileira de Letras (para onde entraria mais tarde) uma série de conferências que reuniu no livro *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. Eram temas bem remotos, como convinha à conjuntura. Não adiantou: a palestra inaugural foi interrompida por um grupo de desordeiros, aos gritos de "Viva Cristo Rei!" e "Viva o Dr. Getúlio Vargas!" Eram integristas que se disfarçavam em fervorosos marianistas. O caso teve grande repercussão. Roquete Pinto, que assinou com outros intelectuais um manifesto de desagravo a Ivan Lins, mandou-lhe uma carta convidando-o, em nome da ABL, para continuar lá suas conferências. Mas Ivan Lins, não querendo criar problema, se excusou, e as palestras prosseguiram noutra local.

Vale notar que Getúlio Vargas era um rebento político do positivismo de Júlio de Castilhos. E Luís Carlos Prestes, que foi por longos anos prisioneiro de Getúlio, recebeu do pai militar uma formação positivista. Em suas Memórias de um Revolucionário, Agildo Barata conta um caso curioso. Tendo tido licença para visitar Prestes (foi no começo de 1945, ambos ainda presos), pôde ver a "biblioteca" que permitiam ao Cavaleiro da Esperança: um exemplar do Catecismo Posi-

tivista, onde ele costurara habilmente as páginas que tinha traduzido das Máximas de Epicteto. Comentava Agildo, numa conclusão maliciosa, que Prestes era um positivista estóico — ou um estóico positivista.

Foi no Brasil que o positivismo deixou marcas mais profundas: mais, mesmo, que em seu país de origem. É uma peculiaridade nossa. Mas a doutrina, congelada num dogma religioso, feneceu. E agora uma página do passado.

A evolução histórica mostra muitos exemplos desse apogeu e morte de sistemas filosóficos. Na linha de frente, há um constante florescimento; na retaguarda, a par dos tesouros acumulados do pensamento humano, estende-se um desolado cemitério de "ismos". Comte dizia que "tudo é relativo, e esse é o único princípio absoluto". No entanto, paradoxo; veio a achar mais tarde que o positivismo era a última etapa do conhecimento humano. Enganou-se — positivamente.

Comte, o inventor da palavra sociologia, foi esquecido pelos sociólogos, que se embalaram naturalmente na descoberta de novos caminhos. A antianarquia radical do comtismo, que sonhava com um Estado poderoso e organizadíssimo, onde todos seriam funcionários, é tida hoje como ridícula e reacionária. No entanto, gerou na sociedade atual o seu contrário: o anti-Estado do neoliberalismo, cujos exageros e chilikues ultraprivatizantes o aproximaram, por linhas tortas, da utopia anarquista, como já observou o doutor Sarney. Está ameaçando surgir daí um novo credo, que se inculca ao capitalismo atomizado como ortodoxia salvadora e tende a di-

vinizar megeras como Margaret Thatcher. Mas isso é outra história.

O lema inscrito na porta da Igreja Positivista do Brasil me ficou na cabeça como uma interrogação preocupante. Não serão mesmo os vivos cada vez mais governados pelos mortos? Os mortos têm muita força. À medida que vamos dando baixa dos contemporâneos em nossos caderninhos de endereços — enquanto esperamos, entre curiosos e assustados, a nossa vez de ir embora — mais eles se fazem presentes.

São os "nossos" mortos. Mas há a legião inumerável dos outros, os desconhecidos, os que vêm do fundo da

história — profetas, filósofos, pitonisas, trovadores, comediantes, guerreiros, navegantes, mercadores, tribunos, líderes políticos, artistas e artesãos, pessoas comuns e multidão formidável. Como fugir deles, do que fizeram e do que nos legaram, para o bem e para o mal?

"... Eu bailo de ignorâncias inventivas, / E a minha sabedoria vem das fontes que eu não sei!", dizia Mário de Andrade na sua meditação sobre o Tietê. Mário morreu há 42 anos, no dia 25 de fevereiro de 1945, deixando Macunaima solto por aí, a nos des governar com suas diabruras.

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE: A PALAVRA DO REITOR

Já encerravamos a edição do presente Boletim, quando veio à luz, a travês das páginas do Jornal do Brasil, edição de 31.05.87, oportuno artigo do reitor da UFRJ, Prof. Horacio Macedo, colocando por terra, argumentos e números engendrados e publicados, sem citação de fonte, na imprensa local, para demonstrar a "eficiência" do ensino privado em relação ao público. Por isso, apressamo-nos em transcreve-lo para que nos leitores possam formar opinião sobre o controvertido tema.

QUESTÃO DE QUALIDADE

(Nem sempre os números servem para avaliar corretamente o desempenho de uma universidade)

Horacio Macedo

Publicou o JB na sua edição de 24.5.1987 uma série de quadros comparativos que mostram a PUC/RJ como pa

radigma de excelência e lançam as Universidades Federais no charco da mediocridade e incompetência. Embora os dados daqueles quadros já tenham sido negados por declarações do Secretário de Educação Superior do MEC e pelo Conselho de Reitores, parece conveniente restabelecer mais uma vez a verdade.

Não é certo que o número de alunos por professor, na UFRJ, seja 6.94, conforme foi divulgado. Tem a UFRJ 25.066 alunos matriculados nos cursos de graduação e 4.200 nos de pós-graduação. Com 3.360 professores, a proporção aluno pro professor é 8.71, comparável à da PUC (8.69). Registre-se porém o forte contingente do alunado de pós-graduação da UFRJ em comparação com o da PUC (cerca de 600).

A questão do excesso de funcionários merece comentário. Não é possi

vel fazer uma comparação entre o número de servidores técnico-administrativos de uma universidade relativamente pequena, que não tem cursos em todas as áreas de conhecimento, especialmente na área da saúde, com uma outra universidade que atua em todas as áreas do conhecimento e mantém sete hospitais. Na UFRJ, se excluirmos do cômputo global os servidores dos hospitais e da área de saúde (4.050) do total de servidores (7.838), restam 3.784 para todas as outras áreas. O que perfaz uma razão de 2,7 alunos por funcionário técnico-administrativo e não 4,01, como foi dito. Na área da saúde, esta razão é de 1,1, que mostra a especificidade e a particularidade notável desta área.

Comente-se ainda que não é possível pensar na gestão de uma universidade sem levar em conta as obrigações de manutenção da área construída, que crescem exponencialmente com o seu vulto. Assim é bem diversa a manutenção dos 624.247 m² de área construída na UFRJ diante da manutenção dos 65.537 m² da PUC. Comparar o corpo de servidores sem levar em conta este dado e a qualidade das instalações é fazer comparação irreal e irrelevante. Por isso, não se pode falar em excesso de burocratas na UFRJ, mas sim em carência de pessoal tecnicamente habilitado.

Finalmente, a produção acadêmica. O dado mencionado em relação à UFRJ é maldosamente falso. Em 1986, foram publicados pelos nossos professores 4.158 trabalhos científicos e 532 relatórios técnicos; foram defendidas 455 teses de mestrado e

76 de doutorado. Foram produzidos 1.239 relatórios de pesquisa, 289 trabalhos de iniciação científica e expostos 213 trabalhos na área das artes. Além disso, foram realizados 91 cursos extracurriculares na área de pós-graduação e organizados vários congressos científicos. No total, temos um produto acadêmico de 7.053 trabalhos ou realizações anuais, o que dá uma média de 2,1 trabalhos por docente, ou seja, três vezes o número divulgado (0,7), e mais do que a PUC (1,51). É claro que este número relativo mede muito de longe a atividade acadêmica, servese somente como indicador geral e não leva em conta (o que realmente importa) a qualidade de cada contribuição. E neste terreno da qualidade, muitos núcleos da UFRJ têm, com toda a certeza, padrão internacional.

Não é fora de propósito mencionar que a formação de 2.500 a 3.000 profissionais por ano não deixa de ser um produto acadêmico de relevância e importância para o País.

Vejam agora o custo de cada aluno. É uma ingenuidade calcular este parâmetro fazendo a divisão dos recursos despendidos pelo número de estudantes. Além de ser erro grosseiro, pois os recursos não se distribuem uniformemente pelas atividades da universidade, não se levam em conta as diferenças especiais dessas atividades. Assim, o custeio de uma universidade que tem 4.200 alunos de pós-graduação (a UFRJ) é mais elevado que o da outra que tem apenas 600 (PUC/RJ), pela diversidade de linhas de pesquisa que são ativadas para atender ao contingente de mestrandos ou doutorandos. É mais cara uma uni-

versidade que mantém sete hospitais universitários (de ensino, de pesquisa e de assistência), oferecendo cerca de 1.000 leitos à população (a UFRJ), do que outra que não oferece qualquer leito. É mais cara u ma universidade que produz 4.158 trabalhos científicos do que outra que produz cerca de 1.200. É mais cara uma universidade que tem 76% dos seus professores em regime de 40 horas ou de dedicação exclusiva do que uma outra que tem apenas 49% dos seus professores num destes regimes e o restante é pago como horista, ao modo de uma escola de terceiro grau, ou recebe em regime parcial. Não se pode comparar, quanto ao custeio, uma universidade que tem 11% dos cursos de pós-graduação do Brasil (134, num total de 1.186) com 58 cursos de mestrado classificados como A ou B pela CAPES, com 26 cursos de doutorados também A ou B, com outra que tem seis cursos de doutorado classificados como A ou B e 26 de mestrado. Nestas questões a quantidade significa diversidade e, conseqüentemente, custo mais elevado.

Tudo isto mostra que o cálculo do custo de um estudante é questão complicada, em torno da qual ainda não se tem opinião consensual perfeitamente definida.

Não se entende, finalmente, que se pretenda defender o patrimônio cultural e acadêmico (notável e importante) da PUC/RJ adotando-se a via da depreciação das universidades federais. É uma via duplamente equivocada. Em primeiro lugar por ser distorcida, injusta e inverídica; os números anteriores não deixam margem a dúvidas. Em segundo lu

gar, por não realçar e defender o que uma universidade católica tem de melhor a seu favor: o compromisso confessional com a pontificia catolicidade. Não cabe ao poder público, laico por sua própria essência, apoiar as atividades de uma instituição que tem como teor primeiro da sua concepção a defesa e a propagação da respeitável ideologia dos católicos brasileiros, fornecendo-lhes o substrato cultural e científico para o desenvolvimento das suas aspirações.

Não é ao poder público que uma instituição privada deve pedir socorro, para o prosseguimento das suas atividades particulares comprometidas com a ideologia religiosa: é aos setores sociais que se afinam com os compromissos impostos por essa ideologia. As verbas públicas só se podem dirigir para as instituições públicas, sujeitas ao controle direto e imediato do Estado e da sociedade, descomprometidas de vínculos ideológicos de natureza religiosa ou política.

Além do mais, o ataque às universidades federais é um verdadeiro suicídio cultural. O conjunto destas universidades constitui a espinha dorsal do sistema de ensino e pesquisa no país e o ponto de apoio para a conquista da independência cultural, científica e tecnológica. Substituí-lo por um sistema privado, confessional ou não, é contribuir com toda a certeza para a instauração da mediocridade e da estagnação, da prevalência de interesses imediatistas e de curto fôlego. Não é o que interessa à cultura brasileira.

CALENDÁRIO DOS SÓCIOS ANIVERSARIANTES

A todos os companheiros, que aniversariam em agosto e setembro, nossos afetuosos abraços, acompanhados dos melhores votos de felicidade.

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE AGOSTO

- | | |
|---|---|
| 01- Darcy Aleixo Derenusson (39) 267-4627 | 16- Walfredo Rebello de A.Cavalcanti (33) 282-4313 - São Paulo-SP |
| - Edgard de Almeida Loural (45) 246-7834 | 17- Antonio Roberto de Azevedo Muller (55) 444-2322 - Santo André-SP |
| - Nanto Junqueira Botelho (29) 246-1052 | - Eduardo Baker de Andrade Botelho (35) 246-5749 |
| 03- Antonio Garcia de Miranda Netto (25) | - Manoel Griner (55) 247-7133 |
| - Fernando Augusto de Barros (60) 238-9131 | 18- Thome Ignacio de Andrade Botelho (47) |
| 05- Sergio Barbosa de Moura (66) 239-6204 | 19- Felisberto José de Bulhões Carvalho (56) 275-1618 |
| 06- Carlos Alberto V.Carneiro Campe lo (69) 399-8000 | - Luiz Gomes da Costa (38) 274-2846 |
| - Jacob Wainer (57) 267-7476 | 22- Luiz Carlos Dias (66) 393-0180 |
| 07- Alberto Mario Cotrim R.Pereira (40) 245-0139 | - Oldete Petit Lobão Ventura (55) 551-9650 |
| - Guilherme da Silveira Filho (29) 237-4963 | - Osnyr Siqueira Carvalho (62) 295-1430 |
| - Luiz Carlos de Almeida (54) 551-7329 | - Sergio Valle Marques de Souza (40) 236-3536 |
| - Udo Baumgart (50) 265-5978 | 23- Cesar de Azevedo Gusmão Cerqueira (65) 258-7909 |
| 09- Benjamin Menasché (62) 541-9919 | - Leizer Lerner (55) 227-3953 |
| 10- Isac Kogut (56) 236-4835 | 24- Manoel Azevedo Leão (22) 247-3804 |
| - Maurício Dantas Leite (68) 227-2675 | 25- Helio Abrahão Kestelman (55) 551-6008 |
| 12- Francisco Caetano de Mello Jr. (55) 248-1791 | 26- Cesar Reis de Cantanhede Almeida (24) 274-1129 |
| 13- Arnon Elkind (66) 257-7606 | - Mario França Ennes (47) 247-4941 |
| - Cesar Augusto Lourenço Filho (60) 393-4389 | - Paulo Moreira Pinho (47) 287-3328 |
| - Murillo Augusto Vieira de Meirel les (46) 227-8115 | 28- Francisco Landsmann Ramos (47) 245-0434 |
| 14- Carlos Eduardo Peçanha (58) 225-6691 | - João Machado Fortes (47) 267-3666 |
| - Flavio de Lima Ferreira Alves (62) 269-0265 | - Rogério Travassos (63) |
| - José Oscar da Silva Moreira (68) 265-4035 | 29- Aluisio Belarmino de Mattos (46) 712-2231 - São Gonçalo-RJ |
| - Pedro Ernesto Souza Lima (54) | - Arthur Eugenio Jermann (35) 227-0487 |
| - Tobias Cepelowicz (57) 294-7667 | 30- Alcina Koenow Pinheiro (43) 552-5603 |
| 15- Eduardo da Camara Ortegual Barbosa (44) 541-2271 | 31- Americo Carlos Briza (59) 722-2005 - Niteroi-RJ |

ANIVERSARIANTES DO MÊS DE SETEMBRO

- | | |
|--|--|
| 02- Raymundo Ayres Sumner (38) 226-5484 | - Simon Weglinski (48) 294-4504 |
| 03- Cejy de Farias Mello (46) 227-3166 | 04- Isaac Chut (51) 256-0440 |
| - Gregório Vaisberg (48) 267-3992 | - José Rodrigues Lourenço Junior (59) 258-9812 |
| - Jorge José Vittorio Capellaro (44) 245-6342 | - Paulo Rodrigues Lima (46) 227-7868 |
| - José de Oliveira Padua (55) 236-2307 | - Sinval de Oliveira Filho (63) 258-3517 |
| | 06- Carlos Vitorino Martins Carneiro Monteiro (55) 259-0582 |

- Sergio Ayres Bloise (59)
224-7495
- 07- Gerson Souza Oliveira (61)
72-1770 - Canoas - RS
- Gilberto Carvalho Molina (68)
264-3071
- 08- Jorge Kassuga (46) 711-9154
Niteroi-RJ
- José Caetano dos Prazeres (66)
205-6108
- José Maria Lage Machado Costa
(46) 287-1127
- 09- Marcos Esquenazi (54) 247-4843
- 10- Alberto Trombella (57) 267-0177
- Jorge Greenhalgh (45) 239-2886
- Manoel da Costa Ribeiro (34)
228-3009
- 11- Henrique Kopelman (54) 247-5154
- Manoel Pessoa de Mello Farias
(41) 247-0108
- 12- Nelson Martins Portugal (62)
227-5316
- 13- Agnaldo de Mendonça Campos (42)
259-4019
- Aluisio Togo Pinto Moura (58)
267-7807
- 14- José Luiz Machado Clemente (77)
224-7772 ramal 335
- 15- Herodoto Bento de Mello (47)
232-1258
- José Ademar de Mello Franco
(71) 226-6968
- José Carlos do Couto Vianna (49)
852-0282 - São Paulo-SP
- 16- Guilherme de Barros Marques (53)
294-4732
- 17- Armenio Crestana (32)
826-7704 - São Paulo-SP
- Isidro Pinto da Rocha Filho (55)
267-1165
- Kalife Chueke (52) 399-0654
- Nilo Teixeira Campos Junior (57)
- 18- Ney Gabriel de Carvalho Barata
(47) 245-9927
- 19- Carlos Schwerin Filho (24)
274-3131
- Roberto José Barbosa de Oliveira
(44) 235-4920
- 20- Mario Antonio Barata (HONOR)
238-5951
- 21- Brasílio Accioly (50) 722-7536
Niteroi-RJ
- Hamilton Vieira de Andrade (67)
- Homero de Almeida (45) 246-3122
- Romeu de São Freire Filho (50)
246-9577
- 22- Hugo Cardoso da Silva (40)
226-2089
- 23- Arthur Seixas (32) 286-0410
- Eduardo Secades (38) 245-0582
- Henri Uziel (50) 225-8996
- Isar Trajano da Costa (58)
711-8406 - Niteroi-RJ
- Paulo Mazzucchelli Junior (55)
227-7371
- Paulo Medina Pacheco (50)
718-5449 - Niteroi-RJ
- 24- Almor da Cunha (46) 234-7496
- André Henri Stieger (55) 399-9372
- Jacob Chor (55) 235-7862
- Nestor de Oliveira Junior (42)
259-1957
- Roberto Felix de Oliveira (51)
259-2818
- 26- Carlos Frederico Peixoto (52)
239-2428
- 28- Carlos Freire Machado (45)
235-5550
- 29- Marcio Valerio Oliveira (63)
245-5978

ENGENHO & ARTE

Esse espaço foi aberto, em nosso boletim, para as manifestações da criatividade dos associados da A³P, seus familiares ou amigos engenheiros. Enviem suas colaborações, seja a descrição de um invento, uma poesia, um conto ou mesmo, um desenho.

Nesse número trazemos o Eng^o Rodolfo Geiser, através da transcrição do artigo "Um paisagista dá cor a São Paulo", de Sérgio Buarque de Gusmão, publicado no Jornal do Brasil, de 08.03.87.

UM PAISAGISTA DÁ COR A SÃO PAULO

Sérgio Buarque de Gusmão

Um engenheiro-agrônomo de 46 anos, cuja paixão pelo verde levou-o a empregar-se como contínuo de uma loja de jardinagem aos 17, está ajudando a mudar a cinzenta paisagem de São Paulo. De sua prancheta saíram idéias para preservação de áreas verdes na cidade, revestimento dos morros que ladeiam estradas como a via dos Bandeirantes e os canteiros de es-

guias espécies nativas de madeira de lei e flores que embelezam as estações do metrô. É o paisagista Rodolfo Geiser, neto de suíços, de quem herdou o amor pelo verde. O trabalho do paisagista é regenerar a natureza — diz Geiser, que não gosta da palavra recuperação. A natureza não se recupera —, afirma.

O trabalho público mais notável de Geiser são os canteiros do metrô — sobretudo os da estação do Largo de São Bento, no centro da cidade, onde ele semeou árvores de crescimento lento, como a jatobá, o jequitibá e guaranta; plantou árvores de floração, como o brasileiríssimo ipê-amarelo, paineiras e quaresmeiras. Também faz jardins em espaçosas mansões do Morumbi, um bairro de elite na zona sul da cidade, mas o trabalho para particulares de que ele mais gosta é o da regeneração da natureza na Ilha das Cabras — um paradisíaco morro que se eleva no mar de Ilha Bella, no litoral norte do estado.

Geiser ter feito muitos parques em usinas de açúcar da região de Ribeirão Preto, no nordeste do estado, e solicitado por empresas multinacionais, como a Alcoa, cobriu com eucalipto e árvores nativas uma área de 360 hectares em Poços de Caldas, Minas Gerais. No litoral norte de São Paulo, trabalha atualmente num projeto de paisagismo da cidade turística de Riveira de São Lourenço, a 180 Km da capital

Projetada para 100 mil pessoas, a cidade terá área de 9 Km quadrados — dos quais 32% serão mantidos ou restaurados como área verde.

— O segredo é sempre usar as plantas nativas — diz Geiser, que insiste em manter ou replantar na Riveira a vegetação conhecida como jundu — uma plantinha de 10 centímetros que cresce junto ao mar e resiste porque se verga aos ventos. — O homem está mexendo no mundo, mas deve aprender a mexer da melhor maneira possível. O conselho vale para o prefeito Jânio Quadros e sua idéia de construir estacionamentos sob praças de São Paulo. Se ele quer construir estacionamentos subterrâneos, que use as grandes avenidas, como a Ipiranga. As praças seriam destruídas.

Na opinião do paisagista, as autoridades precisam informar-se mais sobre o que fazem e sobre os efeitos do que fazem. Ele lembra que certa vez sugeriu ao diretor de parques da Prefeitura de São Paulo que, para preservar centenárias espécies florestais da cidade, retirasse o parasita conhecido como erva de passarinho, que sufoca as árvores.

— Ele anota, e não disse nada — lembra Geiser. Depois, o paisagista encontrou o diretor de parques, renovou a sugestão e ouviu, perplexo, a pergunta:

— Mas que diabo é erva de passarinho ?

X X X X

BOLETIM DA A³P PRECISA DA COLABORAÇÃO DE SEUS LEITORES

Os associados da A³P são convidados a colaborar na elaboração do Boletim enviando artigos, poesias, crônicas, contos e resenhas para publicação. Estão abertas no Boletim da A³P diversos espaços para que os associados possam exercer seu poder de criatividade e imaginação.

E...A TRIPULAÇÃO ?

Apesar das dificuldades oriundas do retorno da ciranda financeira, a nave "atrespiana" está sendo conduzida, em rota segura a seu glorioso destino, graças ao apoio incondicional do quadro social.

DIRETORIA

Durval Coutinho Lobo - Presidente; Nestor de Oliveira Junior - 1º Vice-Presidente; Paulo José Pardal - 2º Vice-Presidente; Paulo Moreira Pinho - Diretor Administrativo; Léo Fabiano Baur Reis - Vice-Diretor Administrativo; Cleofas Paes de Santiago - Diretor Secretário; Sergio Henrique Sá Leitão - Vice-Diretor Secretário; Gerhard Vasco Weiss - Diretor 1º Tesoureiro; Henri Uziel - Diretor 2º Tesoureiro; Marconi Nudelman - Diretor Técnico-Cultural; Octavio Reis de Cantanhede Almeida - Vice-Diretor Técnico-Cultural; Alcina Koenow Pinheiro - Diretor de Cursos; Fernando Monteiro de Moraes - Vice-Diretor de Cursos e Luiz Carlos de Almeida - Diretor Social.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Attilio Geraldo Vivacqua, José Mariotte de Lima Rebello e Jayme Kritz

SUPLENTE: Afonso Henriques de Brito, Gilda Maria Teixeira Uflacker e João Pacheco Netto

CONSELHO DIRETOR

MEMBROS VITALÍCIOS - EX-PRESIDENTES: Leizer Lerner (Presidente de Honra), Antônio José da Costa Nunes (Sócio Benemérito), Hugo Cardoso da Silva e Nestor de Oliveira Junior. SÓCIOS BENEMÉRITOS: Hélio Mello de Almeida e Maurício Joppert da Silva. SÓCIOS HONORÁRIOS: Marcos Carneiro de Mendonça e Mário Antônio Barata.

MEMBROS NATOS: Diretor da Escola de Engenharia: Prof. Antônio Claudio Gomes de Souza; Presidente do Clube de Engenharia: Matheus Schnaider; Presidente da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros: Paulo Moreira Pinho e Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia.

MEMBROS ELEITOS: Gregório Vaisberg - Presidente; Alberto Azevedo Ferrão; Alberto do Amaral Ozorio; Antonio Manoel de Siqueira Cavalcanti; Bernardo Griner; Cairo da Silva Leite; Carlos Cezar Machado; Clara Perelberg Steinberg; Darcy Aleixo Derenusson; Bryx Albert Sholl; Fernando Emmanuel Barata; Heitor Lisboa de Araujo Costa; Heloisa Fraenkel; Henrique Bevilaqua Fraenkel; Homero Henrique Rosa Rangel; Isidro Pinto da Rocha Filho; Jacob Steinberg; Jayme Bloch; Márcilio Nolding da Motta; Marisa Viana Ballariny; Nanto Junqueira Botelho; Samuel Sztyclic; Siegfriedo Rosner Gottschalck; Sophia Machado Portella e Sydney Martins Gomes dos Santos.

----- X X X -----

CURSO DE TECNOLOGIA DO CONCRETO

(Coordenação da Escola de Engenharia da UFRJ com colaboração da A³P)

O Curso de Tecnologia do Concreto, tem início previsto para 19 de agosto do corrente. Os interessados poderão solicitar melhores informações pelo Tel.: 221-2936 - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica.

TRIBUNA LIVRE

Essa seção ficará a disposição dos associados da A³P para opinarem sobre os mais variados assuntos da atualidade.

Nesse número transcrevemos o artigo "Minha Casa Vai Ficar", do Jornalista Julio Moreno, publicado na revista Primeiro Toque, nº 21, de março/maio 87.

MINHA CASA VAI FICAR

"Vão demolir esta casa.
Mas meu quarto vai ficar.
Não como forma imperfeita.
Neste mundo de aparências:
Vai ficar na eternidade.
Com seus livros, com seus
quadros,
Intacto, suspenso no ar!"

Manuel Bandeira

A casa é velha? Tombe-se.
A casa velha foi tombada? Faça-se aí um novo museu.

Com pequenas variações, essa é uma história que se repete pelo Brasil afora com bastante frequência. Quase sempre encobrendo sérios erros conceituais, quer na classificação do que deveria ou não ser tombado e preservado pelos nossos órgãos de patrimônio, quer nos critérios que determinam a abertura e regulam o funcionamento de museus.

Uma casa velha não significa necessariamente um bem digno de ser eternizado a qualquer custo em nome da memória de uma comunidade ou de um povo. Mesmo que seja uma casa de excepcional concepção arquitetônica. Esse valor não deve pesar mais do que outro, realmente fundamental para a classificação de um bem que me

rece ficar para sempre na memória de uma sociedade: a identificação com essa mesma sociedade.

Há 50 anos o Brasil conta com legislações e órgãos que cuidam da proteção do chamado patrimônio histórico e artístico, mas só há pouco nos demos conta daquilo que seu inspirador, o escritor Mário de Andrade, já sabia e difundia, ou seja, a idéia mais ampla de patrimônio cultural. Vale dizer, em síntese, "toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer do homem", como explica Carlos Lemos em *O que é Patrimônio Histórico* (120 pp., Cz\$ 20,00). Dar proteção apenas aos imóveis ou objetos diferenciados significa "levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade".

Por outro lado, museu no Brasil continua sendo encarado ainda, na maioria dos casos, com o mesmo sentido de depósito de coisas antigas que de uma forma ou de outra relembram grandes feitos, datas ou heróis ou seja, como na época da criação de nossos, primeiros museus: início do século passado.

Na verdade, no conceito moderno, o museu é uma coisa mais aberta, mais viva, um centro de animação e questionamento da sociedade, em que o visitante é menos paciente e muito mais agente. Enfim, um lugar que não fique marginal a vida da comunidade, mas participe ativamente de sua evolução. Assim como pode ser eventualmente instalado numa velha casa, ele

pode também ser montado ao ar livre ou mesmo ter a forma de um "ecomuseu", como declara Marlene Suano em

O que é Museu (104 pp., Cz\$ 30,00).

Moral da história cuidado com o que dizem ser a nossa história.

JÚLIO MORENO

CIDADES FASCINANTES

Os associados da A³P sendo, viajantes eméritos, conhecem o Brasil e o mundo inteiro e, por isso, aproveitam as páginas de seu Boletim para descrever suas maravilhosas viagens.

Aguardando a remessa das colaborações dos nossos leitores transcrevemos, nesse número, o artigo da historiadora e responsável pela edição de roteiros culturais da Fundação Rio, Raquel Jardim sobre o Rio de Janeiro, intitulado, "Guia histórico do centro da cidade", publicado no "Rio - Guia Turístico", nº 1, 1987.

GUIA HISTÓRICO DO CENTRO DA CIDADE

Raquel Jardim

Uma cidade o que é ?

Um percurso no espaço, um progresso no tempo, um percurso em nós mesmos ? Síntese de nossas vidas, ela se estende ao nosso lado, espécie de irmã xifópagas, fiel testemunha de nossas emoções, guardião de nossos destinos.

Cada cidade imprime em seus habitantes um caráter próprio, que nelas permanece, apesar das diferenças das casas, ruas e bairros. Caráter que impregna os viajantes, aura mágica, perpassar de ventos, brisas, ruídos, sons, perfumes, nuvens, mutações de cores e luzes. Marcas que resistem à nossa própria transmutação e à transmutação das coisas.

Antes de nós a cidade existia e existirá depois, soma de tudo que somos, que fomos, que desejamos ser.

Cada um de nós deixa nela sua marca e procura construí-la à sua própria maneira. Mesmo assim, ela é de todos, patrimônio de tudo o que é humano, alma comum de sua gente.

Desvendá-la, penetrar nos seus recônditos é descobrir a nós mesmos. Há casas, ruas, árvores, que se parecem conosco. Há momentos de revelação de nosso próprio eu que que a cidade propicia. Muitas vezes, ao dobrarmos uma esquina, paramos, detendo o olhar em alguma coisa, que a pressa nos impede de ver melhor, e cuja imagem recolhemos como se fosse uma peça desgarrada de nós mesmos.

Antes de mergulharmos no sono, e ao despertarmos dele pela manhã, percebemos os ruídos emanados da cidade como de um corpo que acordasse junto conosco. Seus reflexos vitais despertam como os nossos. Ela está viva como nós.

No rastro dessa vida pressentida, salto da cama. Vou buscar o coração desse corpo que acordou comigo. Quero pulsar esse "coração" junto ao meu. Tomo café da manhã com os flamboyants fenados pelo inverno entrando pela janela. A rua me espera, condutora a tenta de meu destino.

Tenho nas mãos esse roteiro, mas começo a subvertê-lo. É para a Glória que quero seguir. E já aporto,

subindo pausadamente os degraus da escada que dá para a amurada, cuja balaustrada foi trazida da Praça Tiradentes por Pereira Passos. Para em cima, observando a simetria do traço do francês dos jardins, logo a seguir buleversado pelo risco de Burle Marx no Aterro. Demoro o olhar nas amendoeiras acastanhadas, contemplo ao longe as luminárias francesas do Hotel Glória e a pequena igreja Barroca no alto do Outeiro. Constatado com prazer que os postes de ferro fundido estão ainda em toda a orla e nos jardins, ostentando suas cúpulas opalinadas que, acesas de noite, dão ao local uma atmosfera encantatória e espectante.

Relanceio a vista pelo velho Relógio (a mim fascinam os relógios parados), atravesso a rua em direção ao prédio inglês da escola Marechal Deodoro, junto ao pequeno chafariz do século XVIII.

Sou surpreendida mais adiante, por uma vitrine onde bonecas de porcelana, vestidas luxuosamente demais para a manhã, deixam em mim rastros do seu olhar fixo e vago.

Os tipos humanos com que vou cruzando, remanescentes dos antigos mandros, me fazem perceber que agora estou na Lapa.

A vida mal começa e, na Rua Moraes e Valle, homens vestidos de pijama e mulheres de penhoar alimentam canários domésticos aprisionados em gaiolas que pendem dos gradis ogivados dos sobrados coloridos. Lirismo matinal de uma Lapa levada de pecado que Manoel Bandeira certamente conheceu.

Há vasos de plantas entremeando-se com as gaiolas e, de repente, leio

na placa da rua que toma o nome de Marques Rabello. Essa luz matinal que se concentra tão sensível nos azulejos da Igreja da Lapa do Desterro teria agradado a ele, sempre atento às incidências de luz sobre a cidade.

Ando um pouco mais e alcanço a sala Cecília Meireles. Esses dois escritores cariocas, Cecília e Rabello, estão agora curiosamente reunidos na Lapa. Incorporo os textos de Cecília, de Manuel, de Marques Rabello à manhã e à paisagem. Só agora percebo que eles têm algo em comum.

O lampadário no meio da praça me faz estacar, visão premonitória do roteiro a ser percorrido. Serpentes, caravelas, castiçais, sustentam o globo armilar. A partir daí, os elementos arquitetônicos que me envolvem perdem toda a sua obrigação de coerência. Descortino um prédio de estilo francês com cúpulas de ardósia, um outro rosa vazado com um quadro de Magritte, onde sobressaem rostos de mulheres intemporais esculpidos em estuque. Os velhos Arcos da Lapa não conduzem mais água e, sim, o bonde que flutua no azul. O velho restaurante Cosmopolita ainda não abriu e o Cabaret Casanova está, naturalmente, fechado. Quem velará o sono dos seus travestis?

A Lona Azul do Circo Voador anuncia o seu mundo de maravilhas numa Lapa transfigurada, mas fiel a si mesma.

A Fundação Progresso, que sempre me pareceu a morada do deus Vulcano, ainda está lá com seus dois operários forjadores na fachada e seus arcobotantes de ferro no interior.

Deixo para trás a pequena colina do secular Convento de Santa Tereza, e vou em direção à rua do Passeio, passando pela Escola Nacional de Música que se amplia no mural de sua própria empena e pelo Prédio do Automóvel Clube, onde sorrio diante da Índia alada, aculturada, que decora o frontispício do prédio neoclássico.

Parada diante do belo e nobre portão do Passeio Público contemplo os baobás; enxergo, de longe, a pontezinha de concreto imitando galhos e percebo o chafariz e as pirâmides curiosas de Mestre Valentim.

A feira de selos acontecida no Passeio aos domingos de manhã é uma aula de civilidade; os pequenos selos são seguros pela ponta da pinça, a mão humana se fazendo leve, redimindo os gestos.

De volta à rua do Passeio, viro a cabeça para a direita e vejo o Palácio Monroe, transfigurado no requintado chafariz francês, esse que, vindo da Praça XV e da Praça da Bandeira, acabou pousando, finalmente, no vazio deixado pela retirada da velha sede do Senado. Penso no discurso de protesto que Mangabeira teria feito caso sua voz ecoasse ainda entre a dos vivos.

A Cinelândia injeta mais vida na manhã. O prédio do cinema Odeon, com sua misteriosa galeria, está intacto e, como a maioria dos edifícios da Praça Floriano, conserva sua fachada decorada. Um deles ostenta um Mercúrio inteiro e não apenas sua cabeça alada; outro prédio, na esquina, possui decorações em verde jade projetando-se do concreto cinza-chumbo; outros têm guirlandas de

flores de delicadas mansardinas de ardósia, detalhes afrancesados. São os primeiros espições do Rio, de uma época anterior ao delírio do vidro. O Amarelinho e o Bola Preta, semia-dormecidos, descansam ainda das expansões noturnas.

O prédio da Câmara Municipal com seus dois pequenos templos laterais, encimados por abóbadas orientais, deve estimular, com sua imponência, a oratória da vereança.

A Bomboniêre Patrone exhibe suas vitrines abauladas e entro nela para comprar balas de damasco, observando as prateleiras e os detalhes de madeira. Ah, vontade de comprar ali as caixinhas de balas vendidas antigamente no Teatro Municipal.

Olho para a cúpula do Teatro procurando me lembrar de sua imagem quando se destacava contra o azul do céu. Mal a vejo agora, espremida entre os edifícios, destruída da moldura natural das águias. A bela cópia da Ópera de Paris projeta agora seu ecletismo contra os fundos confusos e inexpressivos das construções apresadas, a serviço do lucro rápido, bem ao gosto dessa época. Tenho esperança de encontrar a porta aberta do restaurante Assirius para mergulhar na sua atmosfera onírica azul oriental.

A porta está fechada e atravesso a rua, parando defronte da Biblioteca Nacional.

O Museu Nacional de Belas Artes é meu velho conhecido. Amo sua coleção de pintores de século XIX. Queria olhar o Panorama da Guanabara de Fachinette, mas a essa hora o museu ainda não abriu. Tento imaginar a Avenida Central em plena Belle Epo-

que. Poucos carros, os oitis recém-plantados e o chilreio dos pardais importados da Europa, como convinha ao Prefeito Pereira Passos, às cinco horas da tarde. É difícil o exercício. Fora os prédios ecléticos com que agora me deparo, tudo foi destruído.

Volto e sigo em direção ao Largo da Carioca, já sentindo o coração oprimido com o desfile de horrores que eu vou ter de enfrentar, tal a desamênia nele instalada. Mas lá está o Convento de Santo Antonio restaura-

do, sobrepondo-se aos seus entornos aviltados.

Na minha eterna obsessão de olhar o céu, surpreendo, ao longe, uam torre encimada por um galo. Só pode ser a da Igreja de São Francisco, que assim se insere à paisagem do Largo.

Entro na Silvestre para me abastecer um pouco com sensação de aconchego das velhas leiteiras. Ao sair olho, mais uma vez, o pequeno chafariz e em seguida sento-me, buscando descansar junto ao Relógio da Carioca, descortinando o caos urbano instalado ao redor.

BOLETIM OFICIAL da

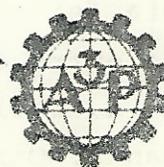
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

DEPOIS ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA - ATUAL ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ

SEDE ADMINISTRATIVA: Clube de Engenharia - Av. Rio Branco, 124 - 23º andar - Tel.: 222-4598

SEDE SOCIAL: Escola Nacional de Engenharia - Largo de São Francisco - Tel.: 221-2936

Editado sob a responsabilidade da Diretoria - CIRCULAÇÃO INTERNA - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



IMPRESSO